



GOVERNO DE

SANTA CATARINA

Secretaria de Articulação Nacional

PAUTA DOS PODERES

secretaria@san.sc.gov.br
(61) 3101-0900

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Calendário de Julgamentos - Semana de 29 Maio a 02 de Junho

31/05/23 – Plenário Físico

16ª Sessão Ordinária -14h

Processo: ADI - 5385 - Origem - SC

Requerente - PGR

Relator - Ministro Marco Aurélio

Tema: Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida liminar, em face dos arts. 4º, caput e II, 12, 13, 14 e 15, da Lei 14.661/2009, do Estado de Santa Catarina, que reavalia e define os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu e adota outras providências.

26/05/23 a 02/06/23 - Plenário Virtual

Processo – APDF 984

Ajuizado pela AGU e Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro

Relator: Gilmar Mendes

Tema: ICMS: Lei Complementar nº194, que passou a considerar essenciais bens e serviços relativos aos combustíveis, a da Lei Complementar 192/2022, que uniformizou as alíquotas do ICMS sobre combustíveis.

(mesmo objeto da anterior, porém ajuizada em outra data e por outros requerentes)

26/05/23 a 02/06/23 - Plenário Virtual

Processo – ADI 7191

Ajuizado por 11 governadores

Relator: Gilmar Mendes

Tema: ICMS: Lei Complementar nº194, que passou a considerar essenciais bens e serviços relativos aos combustíveis, a da Lei Complementar 192/2022, que uniformizou as alíquotas do ICMS sobre combustíveis.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Semana de 29 Maio a 02 de Junho

Análise de Conjuntura

*A Câmara dos Deputados deverá ter em sua pauta essa semana dois itens decisivos para a pauta ambiental: a medida provisória de estruturação dos Ministérios e o PL 490/2007, que adota o **marco temporal da demarcação de terras indígenas**.*

Os dois projetos podem resultar no enfraquecimento tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ministério dos Povos Originários.

A ministra do Meio Ambiente Marina Silva perdeu o controle dos órgãos ministeriais de administração dos recursos hídricos, perdeu a gestão do Cadastro Ambiental Rural e não conta mais com o controle sobre a destinação de resíduos sólidos.

Sônia Guajajara, ministra dos Povos Originários, perdeu a capacidade de demarcação de terras indígenas, que foi transferida para o Ministério da Justiça. Essa perda pode se tornar permanente caso a Câmara dos Deputados aprove o PL 490.

O PL 490 estabelece uma série de limitações para a demarcação de reservas indígenas. Entre elas, está a adoção do ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição, como marco temporal. Com isso, somente se tornam passíveis de delimitação as terras ocupadas por indígenas neste ano. Se aprovado, o projeto pode extinguir 63% das reservas.

Ordem do Dia 30/05: Câmara Dos Deputados

Sessão Extraordinária (deliberativa) (Semipresencial) (às 13h55)

I- Requerimento nº 1.589, de 2022, dos Srs. Líderes, que requereram, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.897, de 2022, do Sr. Paulo Bengtson, que obriga a reserva de assentos para obesos nos transportes interestaduais de passageiros. (Apensado ao PL 3249/2012).

II. Requerimento nº 889, de 2023, dos Srs. Líderes, que requereram, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.364, de 2021, do Sr. Alex Manente, que institui a campanha "Março Borgonha", com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo. URGÊNCIA (Art. 155 do Regimento Interno)

PROJETO DE LEI Nº 7.687-A, DE 2017 (DA SRA. ERIKA KOKAY E DO SR. DIMAS FABIANO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.687-A, de 2017, que estabelece sanções para a discriminação contra profissionais de limpeza pública; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. Patrus Ananias).

Aprovado o REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 1.520/2023, EM 16/05/2023. RELATOR: DEP. REIMONT (PT-RJ), EM 16/05/2023

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 2023 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Pendente de parecer das Comissões de: Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado o REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 1.537/2023, EM 17/05/2023. RELATOR: DEP. CLAUDIO CAJADO (PP-BA)

Câmara Dos Deputados – Comissões - 30/05

Comissão de Saúde - 10h - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 7 - A atual situação das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs);

Comissão de Cultura -10h - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 10 - Panorama nacional da Lei Aldir Blanc - resultados e desafios;

Comissão de Transportes -10h30 - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 11 - Despacho de bagagem e retirada de passageiro de aeronave;

Comissão de Integração Nacional -10h30 - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 7 - Impactos da reforma tributária no desenvolvimento da Região Sul;

Comissão de Turismo -14h - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 10 - Planos e Programas do Ministério do Turismo para 2023;

Comissão Externa para acompanhar a conclusão das obras públicas paralisadas -14h - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 14 - Apresentação do sistema "Obrasgov" e o mapeamento das obras inacabadas.

Câmara Dos Deputados – Comissões - 31/05

Comissão de Saúde -14h - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 7 - Comparecimento do Ministro das Cidades;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa -14h30 - Audiência Pública no Anexo II, Plenário 12 - Comparecimento da Secretária Nacional de Cuidados e Família;

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania -15h - Reunião no Anexo II, Plenário 01 - Demarcação e desapropriação de terras em favor de povos indígenas - Reunião de Comparecimento de Ministro;

Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância e Adolescência e Família - (Após 16ª Reunião Deliberativa Extraordinária- Sem Horário Definido) - Reunião no Anexo II, Plenário 7 - Apresentação dos Planos e Agenda do Ministério do Desenvolvimento - Reunião de Comparecimento de Ministro;

Reunião da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças -14h- Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 19 - Senado Federal - Frente Parlamentar Mista (Câmara e Senado)

SENADO FEDERAL

Semana de 29 Maio a 02 de Junho

Análise de Conjuntura

*O Plenário pode votar esta semana o projeto de lei complementar que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos a pessoas jurídicas pela União e que resultem em **diminuição da receita ou aumento de despesas** (PLP 41/2019).*

*Outro item importante que precisa ser analisado é a medida provisória que reestrutura os ministérios (MP 1.154/2023). O relatório aprovado na comissão mista muda atribuições do Ministério do Meio Ambiente e altera a competência sobre a **demarcação de terras indígenas, que passaria para o Ministério da Justiça.***

Ordem do Dia 30/05: Senado Federal

Sessão Plenária - 14h

Sessão destinada à eleição da terceira e quarta suplências da Mesa Diretora, e das seguintes pautas:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 2019

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências;

PROJETO DE LEI Nº 776, DE 2019

Altera a Lei nº 9.250, de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física;

Ordem do Dia 31/05: Senado Federal

Sessão Plenária – 14h

Destinada à apreciação de autoridades sabatinadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; à apreciação da Medida Provisória nº 1.154, de 2023 (pendente de apreciação pela Câmara dos Deputados); e das seguintes pautas;

PROJETO DE LEI Nº 2.260, DE 2019

Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira;

PROJETO DE LEI Nº 1.852, DE 2023

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil;

Ordem do Dia 01/06: Senado Federal

Sessão Especial – 8h45

Homenagear a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (ANAPE) pelos seus 40 anos de fundação.

Senado Federal – Comissões - 31/05

CCJ – 10h - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar na quarta-feira (31) o projeto de lei (PL.1496/2021) que obriga a extração do perfil genético de todos condenados por crime doloso, independentemente da natureza do crime. Relator da matéria, senador Sergio Moro (União-PR)

A CCJ pode analisar ainda o PL 2.105/2019, que prevê a desapropriação de imóvel usado como cativo nos crimes de cárcere privado, sequestro ou extorsão mediante sequestro. A punição vale apenas se o proprietário do imóvel houver participado do crime. Neste caso, o bem seria repassado à União. Relator senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB);

Os parlamentares podem votar ainda o PL 5.609/2019, que disciplina a aplicação das medidas protetivas de urgência para aperfeiçoar a proteção de mulher e filhos que ela tenha com o agressor. O projeto tem parecer favorável da senadora Tereza Cristina (PP-MS).

O colegiado analisa ainda o PL 1.198/2019, que torna crime o transporte de crianças e adolescentes sem a devida autorização. O projeto tem relatório favorável do senador Veneziano Vital do Rêgo.

A CCJ pode votar ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) 137/2019, que define a educação como vetor do progresso do país. A proposição, do senador Confúcio Moura (MDB-RO), tem parecer favorável da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO).

Outro item na pauta é o PL 5.884/2019, que institui um marco legal para as Instituições Comunitárias de Educação Básica (Iceb). O projeto, da senadora Daniella Ribeiro, tem parecer favorável do senador Plínio Valério (PSDB-AM).

A comissão também analisa o PL 1.231/2019, que garante a acessibilidade de pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público. O texto, da senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), tem relatório favorável da senadora Professora Dorinha Seabra.

Senado Federal – Comissões - 01/06

Relações Exteriores – 10h - *A Comissão de Relações Exteriores (CRE) tem reunião agendada com 12 projetos na pauta de votações. O primeiro item, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), determina que as empresas de grande porte que tomarem empréstimo junto ao BNDES deverão promover parceria técnica com universidades públicas brasileiras (PL 6.039/2019).*



TRABALHO, FÉ E CORAGEM

CONTE COM A **#SAN**